



# Teses

defendidas no Programa  
de Pós-graduação em  
Geografia/UFMG em 2010





### Geografias portáteis: arte e conhecimento espacial

Renata Moreira Marquez

Uma pintura, um objeto, um poema visual: três mapas. Desinstitucionalizados, tais mapas são inexatos quanto à informação científica na medida em que são absolutamente precisos quanto ao discurso da complexidade territorial, numa sobreposição abrupta da cartografia com a geografia intimamente humana. O conflito de escalas - tão longe, tão perto - mobiliza o clássico ponto fixo do olhar que mede o território de fora dele, num vôo seguro e supostamente imparcial. Mas o novo olho móvel não encontra conforto, permanece numa condição deslocada. Nota-se um esforço de habitar o mapa, de invadir as suas linhas geometrizáveis com o ímpeto do corpo e a sua instabilidade. A partir desse prólogo de imagens, vem a pergunta: como a arte contribui na formação de um conhecimento socioespacial? Como pensar uma geografia que seja também uma prática cultural, e não somente um caminho de instrumentalização do espaço a serviço dos interesses do mercado ou do mapeamento de “recursos” - humanos, não humanos, commodities? Milton Santos refletiu sobre a crise de uma geografia que deveria se tornar quantitativa para ser utilitarista. Então, de que qualidades culturais e papéis sociais poderemos falar?

Orientador:  
Prof. Dr. Cássio Eduardo Viana  
Hissa

Área de Concentração:  
Organização do Espaço

### Alto-médio São Francisco e o estudo da cultura reconhecida pela população local

José Henrique da Silva Júnior

Esta tese apresenta uma geohistória do Alto-Médio São Francisco e o estudo da cultura apropriada e reconhecida pela população local, e procura comprovar as seguintes hipóteses: 1) existe uma tendência à diluição e enfraquecimento da cultura local – identidades, hábitos, usos e costumes, crenças, formas de vida cotidiana, casarios, manifestações folclóricas e religiosas, entre outros, ligadas ao rio e à pecuária - diante do processo de modernidade e globalização; 2) esta cultura local tem persistido por força da comunidade ou ressurgido ao longo do tempo e pode ser preservada através da atuação, principalmente, do Estado associado às comunidades locais, forças políticas e atores, comprometidos com a preservação do patrimônio cultural. O trabalho investigativo de pesquisa está estruturado em quatro grandes etapas: na primeira etapa, deu-se a realização da coleta de informações a respeito do tema, através de consulta em livros, jornais, revistas, periódicos, boletins técnicos, trabalhos acadêmicos e sites na internet, consolidando-se uma base conceitual para o início dos trabalhos. Na segunda etapa promoveu-se a estruturação e discussão do material coletado em que o foco estava na organização das informações. Na terceira etapa promoveu-se uma pesquisa de campo, que veio completar o esforço de caracterização dos aspectos culturais do território ora em tela, em nove municípios do Alto-Médio São Francisco. A pesquisa de campo consistiu em entrevistas junto a comunidade local com a intenção de investigar uma série de aspectos que informam a geohistória econômica do São Francisco. Na quarta e última etapa do estudo fez-se a discussão dos resultados da pesquisa de campo, e uma análise da percepção dos moradores dos municípios pesquisados quanto aos atributos objeto do presente trabalho. Assim sendo, procurou-se ao final do estudo identificar quais elementos e atividades foram importantes para formação do território em questão, rastrear heranças geohistóricas relevantes e

Orientador:  
Prof. Dr. Ralfo Edmundo da  
Silva Matos

Área de Concentração:  
Organização do Espaço



aspectos culturais importantes para a sobrevivência da população. Verificou-se que a formação do território do Alto-Médio São Francisco se vincula ao ciclo da pecuária e da circulação mercantil no vale do Rio São Francisco. Todos aqueles municípios, objeto da pesquisa, tiveram origem nos núcleos urbanos nascidos da expansão das fazendas de gado e da abertura dos caminhos de tráfego comercial que margeavam ou cortavam o São Francisco. Ficou evidente que no passado, aqueles municípios tiveram vínculos estreitos com a navegação do rio e a pecuária. Os indícios verificados encontram-se no casario, arquitetura, nas manifestações culturais, festejos e na tradição política, entre outros.

Daniela Abritta Cota

Orientador:

Prof Dr Geraldo Magela Costa

Área de Concentração:

Organização do Espaço

### **A parceria público—privada na política urbana brasileira recente: reflexões a partir da análise das operações urbanas em Belo Horizonte**

O objetivo principal da tese é contribuir para o debate sobre os novos instrumentos de planejamento urbano propostos pelo Estatuto da Cidade, com ênfase nas operações urbanas — urna forma de parceria público-privada adotada como instrumento de regulação urbanística em algumas municipalidades brasileiras. As parcerias público—privadas normalmente estão associadas às políticas neoliberais - baseadas no fundamento político da minimização do Estado — e aos interesses que buscam viabilizar a cidade-mercadoria. Entretanto, a adoção dessas parcerias como instrumento de planejamento urbano no Brasil, por meio das operações urbanas, apresenta especificidades, visto que os princípios neoliberais coexistem com o ideário do direito à cidade, presente na luta pela reforma urbana que ocorre no país a partir dos anos 1980. O cenário de exclusão, segregação e fragmentação observado nas cidades brasileiras demandou, a partir dessa década, novas formas de intervenção do Estado no sentido de não apenas viabilizar os interesses do capital na produção do espaço urbano, mas também de promover urna regulação pública capaz de viabilizar os princípios do direito à cidade e os interesses da coletividade, justamente no momento em que novos agentes sociais se tornam agentes políticos e passam a participar da deliberação das políticas públicas. Assim, a política urbana que tomou forma no Brasil a partir do final dos anos 1980 tem sido permeada por certa tensão ideológica. representada por dois modelos ou ideários de cidade: o direito à cidade, de um lado, e a cidade-mercadoria, do outro — cabendo, dessa forma, compreender o envolvimento e as ações do Estado a partir de então. Neste trabalho, discute-se inicialmente a relação entre Estado e espaço na acumulação capitalista: posteriormente, analisa-se as alterações no processo de reprodução do capital e suas conseqüências no espaço urbano. Com isso, busca-se focar a adoção da parceria público-privada como instrumento de planejamento urbano nas supostas mudanças ocorridas tanto na atuação do Estado quanto no papel da regulação em momento recente. A partir disso, esta pesquisa aprofunda-se no caso brasileiro, identificando a trajetória de implementação das operações urbanas no país, sua origem ligada ao ideário da reforma urbana e aos princípios do direito à cidade — mas tem seu foco na experiência de aplicação das operações urbanas em Belo Horizonte, desde 1996 até o presente. Assim, investiga-se a forma de aplicação do instrumento, verificando os fins que justificam tal escolha, bem como o papel do Estado na sua efetivação, analisando também o papel dos canais democráticos institucionalizados para a deliberação das propostas de operação urbana. Essas análises nos permitem avaliar a possibilidade de o instrumento promover, na prática, o direito à cidade e ainda refletir sobre a relação entre sociedade e Estado nos processos de consolidação das políticas atuantes na produção do espaço.

